

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Ronise Venturini Medeiros

**CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DO  
PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS ALUNOS  
PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Sant'Ana do Livramento, RS  
2018

**Ronise Venturini Medeiros**

**CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DO  
PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA  
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação de Especialização a Distância em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Carolina Pereira Noya

Sant'Ana do Livramento, RS  
2018

**Ronise Venturini Medeiros**

**CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DO  
PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA  
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação de Especialização a Distância em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

**Aprovado em 01 de dezembro de 2018:**

---

**Carolina Pereira Noya, Ms. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Camila da Rosa Parigi, Ms. (UFSM)**

---

**Denize da Silveira Foletto, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Sant'Ana do Livramento, RS  
2018

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que sempre iluminou o meu caminho;

Aos meus pais, Vanderlei e Neiva, por todo o carinho, esforço, incentivo e dedicação para que meu irmão e eu pudéssemos ter a oportunidade de estudar. Ao meu irmão, pela amizade e carinho. A vocês, minha infinita gratidão;

Ao meu marido Mauricio, por todo o amor, carinho, paciência, companheirismo e parceria, inclusive nas viagens até o polo. Muito obrigada por sempre me apoiar nas minhas escolhas e por também me incentivar a ir sempre além;

Aos meus amigos, que souberam compreender as minhas ausências;

Aos participantes dessa pesquisa, às escolas e às professoras, muito obrigada pela disponibilidade e por terem feito parte desse estudo. Meus sinceros agradecimentos;

As minhas colegas professoras de Educação Especial, meus colegas das escolas em que atuo, alunos que atendo e seus familiares, obrigada por compreenderem as minhas demandas de horários, que foram organizados de diferentes formas ao longo do ano, para que eu pudesse dar conta desse curso, bem como por contribuírem com a minha formação continuada. Grata pelos desafios que surgem no meu contexto de atuação e que permitem que eu possa buscar outras novas formas de pensar;

A minha orientadora, professora Carolina, que contribuiu como iluminadora desse processo reflexivo; e

Às professoras Denize e Camila, pelas significativas contribuições que enriqueceram esse processo de escrita.

*“Um olhar gentil enxerga o que há de mais extraordinário.” (PALACIO, 2017, s/p)*

## RESUMO

### **CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**AUTORA: Ronise Venturini Medeiros**  
**ORIENTADORA: Carolina Pereira Noya**

Ao considerar que a inclusão de alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista – TEA e altas habilidades/superdotação – AH/SD é uma realidade existente e garantida pela legislação vigente, bem como a partir de vivências teórico-práticas é possível perceber o papel da gestão escolar para a efetivação ou não do processo de inclusão escolar destes alunos. Sendo assim, este estudo aborda a relação entre gestão escolar e o processo de inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial. Para tanto, constitui-se como objetivo geral desta pesquisa, compreender a forma com que a gestão escolar de uma escola de Educação Infantil e uma escola de Ensino Fundamental do interior do Rio Grande do Sul organizam-se para a efetivação da inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial. A pesquisa adota a abordagem qualitativa, com modalidade de pesquisa participante. Para a coleta de dados foram utilizadas observações participantes do tipo natural, questionários respondidos pelas gestoras das escolas participantes e análise documental. A análise dos dados se deu através da análise de conteúdo. Constatou-se que em ambas as escolas, as gestões tentam de alguma forma, colocar em prática a inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial, muito embora, estejam em processo de construção e consolidação daquilo que é proposto nas legislações vigentes, ou seja, a inclusão escolar dos alunos com deficiência, TEA e AH/SD ainda não está efetivada em todos os seus aspectos: acesso, participação, permanência e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Inclusão. Gestão escolar. Educação Especial.

## **ABSTRACT**

### **CONTRIBUTIONS OF SCHOOL MANAGEMENT FOR THE EFFECTIVENESS OF THE EDUCATIONAL INCLUSION PROCESS OF TARGET STUDENTS OF SPECIAL EDUCATION**

**AUTHOR: Ronise Venturini Medeiros**

**ADVISOR: Carolina Pereira Noya**

When considering that inclusion of students with impairment, Autistic Spectrum Disorders – ASD and high skills/giftedness – HS/G is a reality which is existent and guaranteed by the ongoing legislation, as well as from the theoretical and practical experiences it is possible to notice the role of the school management for the effectiveness, or not, of the educational inclusion process of these students. This way, this study approaches the relation between school management and the process of inclusion of target students from Special Education. For such, the main objective of this research is to understand the way the school management of a Children Education School and of a Fundamental Education School from the interior of Rio Grande do Sul are organized for the effectiveness of the school inclusion of target students of Special Education. The research adopts the qualitative approach, with the participating research modality. For the data collection there were used natural participant observations, questionnaires answered by the school managers of the participating schools, and documental analysis. The data analysis was done by content analysis. It was evidenced that in both schools, the managers try, in a way, to put into practice the inclusion of target students of Special Education, however, they are in a process of construction and consolidation of what is proposed in the ongoing legislation, that is, the inclusion with students with impairment, ASD and HS/G is not effective in all aspects: access, participation, permanence and learning.

**Key-words:** Inclusion. School Management. Special Education.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01 - Categorias e subcategorias .....</b>	<b>18</b>
---	-----------

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	11
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E GESTÃO ESCOLAR: ALGUNS DELINEAMENTOS NECESSÁRIOS .....	11
<b>3 MÉTODO</b> .....	15
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	17
4.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM .....	18
4.2 INCLUSÃO ESCOLAR .....	21
<b>5 CONCLUSÃO: PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO</b> .....	25
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	27
<b>APÊNDICES</b> .....	30

## 1 INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que a inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial (alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades/superdotação) é uma realidade garantida pela legislação vigente<sup>1</sup>. No entanto, ao adentrar no contexto escolar, percebe-se que por muitas vezes, a inclusão não se efetiva em todos os seus aspectos: acesso, permanência, participação e aprendizagem, conforme proposto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), ficando, portanto, limitada somente ao acesso e à permanência.

Nesse contexto, a partir de vivências teórico-práticas, foi possível perceber que a gestão escolar tem um papel fundamental para a efetivação do processo de inclusão escolar destes alunos. Assim, surge o interesse em realizar a pesquisa em questão, a qual visa compreender o papel da gestão escolar para a efetivação da inclusão educacional dos alunos público-alvo da Educação Especial. E, ainda, será possível, através deste estudo, articular a área de formação inicial, no curso de Licenciatura em Educação Especial, no ano de 2015, com a da especialização em Gestão Educacional, bem como, com o contexto de atuação como professora da rede municipal de ensino, no município de São Sepé - RS.

A partir desse cenário, surge o questionamento norteador dessa pesquisa: De que forma os gestores de uma escola de Educação Infantil e de uma escola de Ensino Fundamental, situadas no interior do estado do Rio Grande do Sul, organizam-se para efetivar a inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial, entre os anos de 2017 e 2018?

Dessa forma, esse estudo buscou compreender a forma com que a gestão escolar de uma escola de Educação Infantil e de uma escola de Ensino Fundamental, do interior do Rio Grande do Sul se organizam para a efetivação da inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial. Para isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos da pesquisa:

- Identificar o modo que a gestão escolar se organiza para atender efetivamente os alunos público-alvo da Educação Especial;

---

<sup>1</sup> Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), Resolução 04/2009 (BRASIL, 2009) e Decreto 7.611/2011 (BRASIL, 2011).

- Elencar as facilidades/dificuldades encontradas pela gestão escolar em atender a legislação vigente, que garante a efetivação da inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial;
- Elaborar, a partir das demandas encontradas, planos de ação conjunta entre pesquisador e instituições pesquisadas.

Estima-se, dessa maneira, que esse estudo possa vir a contribuir na construção de conhecimentos teóricos no campo educacional, mais especificamente nas áreas da Inclusão Escolar, Gestão Escolar e Educação Especial. E, ainda, que possa contribuir com ações práticas nos locais pesquisados, auxiliando nas demandas existentes.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E GESTÃO ESCOLAR: ALGUNS DELINEAMENTOS NECESSÁRIOS

Pode-se dizer que, a partir da década de 1990, surgem marcos legais, tanto em nível nacional quanto internacional, referentes à educação inclusiva. Atualmente, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto nº 7611/2011 (BRASIL, 2011) e a Resolução nº 4/2009 (BRASIL, 2009), são alguns documentos legais que norteiam o processo de inclusão escolar em nosso país. Diante desse atual contexto escolar inclusivo, se entende que, incluir seja “[...] oportunizar que todos e todas possam participar de todos os direitos sociais destinados aos cidadãos” (COSTA, 2012, p. 116). Sendo assim, a escola deve organizar-se para receber todos os alunos, sejam eles público-alvo da Educação Especial ou não.

Dentre alguns movimentos internacionais que visavam garantir uma escola inclusiva, aberta para todos os alunos, destacam-se: a Convenção Mundial de Educação para Todos, em 1990, em Jomtien, na Tailândia; a Declaração de Salamanca, em 1994, na Espanha e a Convenção da Guatemala, em 1999 (COSTA, 2012). Anterior a esses movimentos, no Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), no artigo 205, já garantia a educação como um direito de todo cidadão, bem como, condições de acesso e permanência na escola e a oferta do atendimento educacional especializado, sendo realizado, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 2008).

Nesse cenário, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – 9394/96, de 1996, dá um enfoque à educação inclusiva, trazendo o capítulo V que trata sobre a Educação Especial e, no artigo 58, define-se como uma modalidade de educação escolar, que deverá ser ofertada “preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, p. 21). Desde o ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva é um dos documentos legais que norteia o processo de inclusão escolar no Brasil, e tem como intenção fazer com que a escola regular estabeleça um novo compromisso com o atendimento das necessidades educacionais de todos os sujeitos. Assim sendo, a

partir dessa perspectiva, a Educação Especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, sendo compreendida como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 10).

Ou seja, a Educação Especial estará (ou pelo menos é orientado que esteja) presente em todas as etapas de ensino, realizando o Atendimento Educacional Especializado – AEE, dando apoio aos professores da sala de aula regular, orientando quanto as estratégias para o processo de ensino-aprendizagem e efetivação da inclusão escolar dos alunos público-alvo, produzindo recursos didáticos para estes alunos, dentre outras tantas funções.

A implementação da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) desdobra-se em resoluções, notas técnicas, decretos e leis que vem a posteriori com o intuito de dar orientações mais específicas para a efetivação da inclusão escolar dos alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA e altas habilidades/superdotação – AH/SD. Dentre as legislações citadas, cabe destacar: a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (BRASIL, 2009), que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica; a Nota Técnica nº 15/2010 (BRASIL, 2010), que orienta sobre o Atendimento Educacional Especializado na rede privada de ensino; a Nota Técnica 04/2014 (BRASIL, 2014), que orienta sobre a não necessidade de laudo médico para a matrícula e atendimento do aluno com deficiência; a Nota Técnica nº 20/2015 (BRASIL, 2015), que orienta os gestores das redes públicas e privadas de ensino sobre a obrigatoriedade da aceitação da matrícula de alunos público-alvo da Educação Especial; e, a Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº13146 (BRASIL, 2015), que vem reafirmar sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Nesse cenário, pautado em políticas públicas que atualmente garantem o direito ao acesso, permanência, participação e aprendizagem da pessoa considerada público-alvo da Educação Especial na escola regular, entende-se que a gestão escolar é um elemento imprescindível para a efetivação da inclusão escolar desses sujeitos. Sendo assim, torna-se necessário tecer alguns comentários sobre Política Educacional, Gestão Educacional, Escolar e Democrática, para poder compreender o

contexto do qual, desde 2008, a Educação Especial passou a fazer parte, ou seja, o contexto da escola regular.

A nível macro temos Políticas Públicas, de nível Federal, Municipal e Estadual, as quais são ações governamentais que tem como finalidade efetivar os direitos básicos dos cidadãos, garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), como: saúde, educação, assistência social, dentre outros. Especificamente, na área da Educação, conforme Vieira (2007) temos uma Política Educacional a qual ocupa-se de refletir teoricamente sobre a educação. Dela desdobram-se políticas educacionais voltadas a atender as demandas do campo educacional. De acordo com Vieira (2007), são ideias e ações governamentais para as diferentes áreas da Educação, como a Educação Infantil, Educação Básica e Superior, Ensino Tecnológico, de Jovens e Adultos, Educação Especial, dentre outros. Ainda nessa esfera, situa-se a Gestão Educacional, que é resultante de um processo de articulação em nível Federal, Estadual e Municipal, constituindo-se como um campo de normatizações que gestam a Educação, ou seja, está relacionada aos sistemas educacionais (VIEIRA, 2007).

No âmbito de uma esfera micro, situa-se a gestão escolar, estando essa atrelada aos sistemas de ensino, envolvendo a gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola. Conforme Vieira (2007) cabe a gestão escolar, gerir o seu patrimônio material e imaterial, ou seja, os recursos humanos, materiais e financeiros. Também cabe a ela, articular-se com a comunidade, bem como a autonomia escolar estabelecida na Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996). Ademais, nessa esfera, apresenta-se a gestão democrática, a qual prevê a efetiva participação da comunidade escolar (professores, funcionários, família, alunos, etc.) no processo de tomada de decisões, estando prevista na Lei nº 9394/1996 e seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 15)

Considerando os princípios mencionados acima referentes à gestão democrática, cabe ressaltar o que pondera Vieira sobre os desafios encontrados para a sua efetivação: “a gestão democrática é um dos temas mais discutidos entre os

educadores, representando importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola” (2007, p. 64).

Nesse grande contexto, nota-se que no campo escolar, muitas são as demandas e os desafios encontrados, destacam-se nesta revisão de literatura, a efetivação da gestão democrática e a inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial. No entanto, a escola pode ser vista como um espaço de reformulação, reconstrução e de repensar como esses movimentos podem vir a contribuir para novas políticas educacionais voltadas a atender essas demandas.

### 3 MÉTODO

Para que se consiga efetivar a intencionalidade desta pesquisa, inicialmente foi construído o projeto de pesquisa, que segundo Yin (2001, p. 38) é “um plano de ação para sair *daqui* e chegar *lá*, onde *aqui* pode ser definido como o conjunto inicial de questões a serem respondidas, e *lá* um conjunto de conclusões (respostas) sobre essas questões”. Este estudo terá uma abordagem qualitativa, que para Minayo (2009, p. 21)

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes [...].

Corroborando com a autora, a pesquisa qualitativa nos permite captar os pequenos detalhes da fala, a subjetividade das opiniões. Como modalidade de pesquisa, optou-se pela pesquisa participante, que conforme Gil (2002, p. 55) “[...] caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”, sendo adequada, visto que a pesquisadora atua nas duas instituições de ensino participantes da pesquisa, tendo assim, uma vinculação profissional com os locais.

Para a coleta de dados, conforme sugere Gil (2002, p. 150) foram utilizadas técnicas qualitativas, ou seja “[...] conviver com a comunidade, partilhar de seu cotidiano[...]”. Sendo assim, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: 1) **observação participante do tipo natural**, que é aquela em que o pesquisador faz parte do grupo que está sendo investigado (GIL, 2008); 2) **questionário**, que é definido por Gil (2008, p. 121) como “[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas à pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores [...]”, tendo sido aplicado com os gestores das duas escolas participantes (diretores), contendo duas questões abertas, com a intenção de dar ampla liberdade ao participante de responder; e 3) **análise documental** do Projeto Pedagógico e Regimento Escolar das duas escolas participantes. Sendo assim, o questionário foi encaminhado por e-mail para as participantes da pesquisa, as quais responderam e retornaram para a pesquisadora. O registro das observações realizadas foi feito através de diário de campo e a análise

do Projeto Pedagógico e Regimento Escolar das escolas participantes foi através da consulta dos documentos em formato digital disponibilizados para a pesquisadora.

Nesse contexto, a coleta dos dados foi realizada em duas escolas públicas, uma de Educação Infantil e uma de Ensino Fundamental (da educação infantil até o quinto ano), nas quais a pesquisadora atua como professora de Educação Especial, na primeira desde fevereiro de 2018 e na segunda, desde abril de 2017. Para isso, foi solicitado a permissão para a realização da pesquisa junto a gestão escolar de cada instituição, bem como, explicado a intencionalidade da pesquisa. Em seguida, os gestores (diretores) das duas escolas foram convidados a participarem da pesquisa, respondendo a um questionário em formato digital, bem como a disponibilizarem o Projeto Pedagógico – PP e Regimento Escolar - RE para consulta, após o aceite, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Após esses procedimentos, a coleta dos dados foi iniciada e realizada durante setembro de 2018.

Ao considerar que a pesquisa participante pode assumir uma postura subjetiva, visto que o pesquisador e pesquisados estão em uma relação de constante interação, optou-se por também utilizar técnicas estruturadas para a análise dos dados. Assim, elencou-se a análise de conteúdo, que para Sampieri (2006):

[...] é feita por meio da codificação, isto é, o processo no qual as características relevantes do conteúdo de uma mensagem se transformam em unidades que permitam sua descrição e análise precisas. O importante da mensagem se converte em algo suscetível de descrever e analisar (p. 344).

Dessa forma, foram seguidos os delineamentos apresentados pelo autor supracitado: definição do universo, unidades de análise, categorias e subcategorias. Logo, os dados serão apresentados e discutidos. Ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa participante, os dados obtidos através de uma análise crítica não se encerram somente em sua apresentação e discussão, bem como na elaboração deste produto (monografia). Sendo assim, conforme Gil (2002, p. 152) os “[...] resultados não são tidos como conclusivos, mas tendem a gerar novos problemas que exigem novas ações”. Ou seja, a partir dos resultados aqui apresentados, foram/serão pensadas hipóteses de ação, bem como planos de ação (GIL, 2002) para as demandas que surgirem.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao considerar que a Educação é um fenômeno social humano complexo, que é transformada pela ação humana e também transforma aqueles que dela participam, bem como, ao entender que o ato educativo é carregado de intencionalidade e sempre sujeito a situações imprevistas e não planejadas (GHEDIN; FRANCO, 2011), reforço que ao buscar diferentes instrumentos para a coleta de dados, tentou-se ter uma visão mais abrangente sobre a situação pesquisada, buscando superar uma visão reducionista, do princípio da exterioridade e de relações causais entre os fatos encontrados (GHEDIN; FRANCO, 2011). Dessa forma, salienta-se que este estudo se constitui em um recorte de um determinado contexto que é social e histórico, sendo assim, tem-se o entendimento que ele não dará conta por si só de compreender esse fenômeno social que o processo educativo, mais especificadamente, o papel da gestão escolar na efetivação da inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial.

Nesse cenário, entende-se que os resultados encontrados para serem melhor compreendidos precisam ser brevemente contextualizados. A cidade na qual a pesquisa foi realizada, possui quatorze escolas municipais, urbanas e rurais, destas, todas possuem alunos público-alvo da Educação Especial, totalizando setenta matrículas, conforme o Censo Escolar do ano de 2017<sup>2</sup>. A escola A, em sua maioria, possui alunos de classe média, oferta a Educação Infantil (de quatro a cinco anos de idade), tem 81 alunos (destes, três são considerados público-alvo da Educação Especial), tem sete professores e dois funcionários. A escola B, está localizada na periferia da cidade, possuindo muitos alunos em condições de vulnerabilidade social. Oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental até o quinto ano, tem 85 alunos (destes, quatro são público-alvo da Educação Especial), nove professores e quatro funcionários.

Nesse contexto, os resultados do estudo serão apresentados, inicialmente, pela exposição do quadro com as categorias geradas a partir da análise dos dados. Em consequente, de forma textual, cada categoria será apresentada e discutida a fim de expor com maior detalhamento os dados encontrados.

---

<sup>2</sup> Dados obtidos através da Secretaria Municipal de Educação.

Tabela 01 – Categorias e subcategorias

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>Concepção de Educação e Aprendizagem</b>	<b>Concepção de Educação</b>
	<b>Aprendizagem significativa</b>
	<b>Metodologia de ensino</b>
	<b>Avaliação da aprendizagem</b>
	<b>Formação continuada</b>
<b>Inclusão escolar</b>	<b>Práticas da gestão para a efetivação da inclusão escolar</b>
	<b>Facilidades/dificuldades encontradas para efetivar a inclusão escolar</b>

Fonte: autora.

Conforme os dados coletados e após a análise dos mesmos, chegou-se a duas grandes categorias: concepção de Educação e Aprendizagem e Inclusão Escolar. Estas, serão discutidas a seguir.

#### 4.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM

Ao fazer a análise do Projeto Pedagógico e do Regimento Escolar das escolas participantes, a concepção sobre os conceitos de aprendizagem e educação tornaram-se muito evidentes. Ao buscar compreender o papel da gestão escolar no processo de efetivação da inclusão educacional de alunos público-alvo da Educação Especial, a concepção que cada escola possui sobre Educação e aprendizagem reflete, também, nesses alunos, visto que fazem parte da Educação e são sujeitos aprendentes<sup>3</sup>. Sendo assim, inicia-se a discussão sobre o que cada escola compreende por Educação e aprendizagem.

Para a escola A: *“A educação é adquirida através de um processo individual e social, através de inter-relações, pois só assim a criança conseguirá elaborar o seu conhecimento”* (PP). Já a escola B, entende Educação como um: *“processo que transforma, liberta e dignifica o homem. É pela educação que formamos um cidadão consciente responsável por si e por seus semelhantes e onde aprendemos a viver em*

<sup>3</sup> Conforme Fernandez (2001)

*sociedade*” (PP). Aliado às observações, é possível perceber que essa compreensão de Educação não está somente registrada no PP, mas sim perpassa as práticas desenvolvidas pela gestão escolar nessas instituições. Dourado, Oliveira e Santos (2007, p.10), destacam que:

[...] a educação articula-se às diferentes dimensões e espaços da vida social, sendo ela própria elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. Isto quer dizer que a educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade.

Dessa forma, é possível perceber que a Educação não pode ser compreendida de forma isolada, visto que se dá, através de relações sociais, é transformadora e emancipadora, bem como é perpassada por aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos. Ainda nesse aspecto, cabe destacar que para a escola A, a Educação inclusiva tem como objetivo *“valorizar a peculiaridade de cada aluno, atendendo a todos na escola e incorporando a diversidade sem nenhum tipo de distinção [...]”* (RE). Isso se confirma nas observações realizadas, nas quais foi possível perceber que a gestão e aqueles que atuam na escola, compreendem a inclusão num aspecto mais amplo, dentro da diversidade.

No que tange a concepção de aprendizagem, ambas as escolas percebem a aprendizagem como um processo a ser construído em parceria entre professor e aluno, almejando que os alunos se tornem sujeitos autônomos e independentes, bem como, construam conhecimentos significativos (PPs das escolas A e B). Sobre a aprendizagem, Bridi Filho e Bridi (2016, p. 17) argumentam que:

[...] a aprendizagem é um elemento intrínseco à condição humana. Aprendemos a todo o momento, em um processo de interação permanente com o meio, manifestando diferentes níveis de complexidade referentes ao conhecimento construído.

Assim sendo, ao compreender que a aprendizagem se dá a todo o instante e na interação com o meio, a metodologia de ensino utilizada pelo professor também tem influência direta no processo de aprender. Logo, através das observações realizadas, foi possível perceber que a gestão da escola B, muitas vezes encontra resistência de alguns professores ao propor metodologias de ensino mais flexíveis, permitindo que o aluno também seja autor do seu processo de aprender. Contudo, percebem-se algumas divergências no próprio PP, RE e na prática desenvolvida na escola B, visto que ao mesmo tempo em que se propõem a desenvolver metodologias

de ensino mais flexíveis, expõem que também adotam uma metodologia tradicional de ensino, como vemos nos trechos a seguir. “*O professor deverá ser mediador da aprendizagem, favorecendo o trabalho em grupo, partindo de conteúdos concretos de acordo com o meio onde estão inseridos, valorizando conhecimento e a criatividade do aluno [...], [...] como metodologia desenvolve-se uma tendência tradicional de ensino, baseada na exposição dos conteúdos, aplicação de exercícios, testes e provas*” (PP). Nesse sentido, torna-se necessário um esclarecimento, uma definição e uma escolha sobre o modelo epistemológico de metodologia a ser adota pela escola, para que essa divergência que surge no âmbito do PP não venha a ser transpassada para o âmbito da prática docente.

Dessa maneira, entende-se que a concepção que as escolas possuem sobre aprendizagem e educação influenciam não somente nas escolhas metodológicas utilizadas pelos docentes, como também no processo de avaliação da aprendizagem. A escola A entende avaliação como sendo “[...] *uma análise diária do desempenho da criança*” (PP), da mesma forma, a escola B compreende a avaliação como “[...] *processo contínuo, e pode-se utilizar vários instrumentos e procedimentos [...]*” (RE). As citações acima são corroboradas nos registros da observação realizada, na qual fica evidente que a avaliação se constitui em ambas as escolas como um processo contínuo. Hoffmann (2014, p.13) argumenta que para compreender avaliação é necessário contextualizá-la, sendo assim:

Ao avaliar, efetiva-se um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem sempre por um longo tempo e se dão em vários espaços escolares, procedimentos de caráter múltiplo e complexo tal como se delineia um processo.

No entanto, por mais que as escolas adotem um processo avaliativo contínuo, não se observa claramente a avaliação enquanto um processo de mão dupla: aluno e professor. Observa-se a avaliação voltada para o aluno, não sendo observado com nitidez, seu uso para repensar as ações pedagógicas. Conforme pontua Hoffmann (2014, p.14):

[...] a finalidade principal do processo avaliativo como tal: conhecer, compreender, acolher os alunos em suas diferenças e estratégias próprias de aprendizagem para planejar e ajustar ações pedagógicas favorecedoras a cada um e ao grupo como um todo. Compreender que o objetivo do avaliador é ‘promover melhores condições de aprendizagem’ [...]

Sendo assim, nota-se que também é necessário que as escolas repensem sobre a sua concepção de avaliação, para que esta não esteja somente voltada para os alunos, mas que também sirva para que as ações pedagógicas sejam revistas, uma vez que:

Todos aprendem todos os dias, de jeitos diferentes, coisas diferentes, com pessoas diferentes, em tempos diferentes. O olhar avaliativo precisa ser tão flexível quanto a própria diversidade do contexto educacional em vez de se pautar em padrões fixos, elitistas e comparativos que só servem para menosprezar as condições reais da aprendizagem de crianças e jovens (HOFFMANN, 2014, p. 31)

Para tanto, observou-se a necessidade da formação continuada dos professores, sendo esta realizada no contexto de cada escola a partir das demandas que delas emergem. Percebeu-se durante a observação a necessidade de formações voltadas para as áreas de ensino-aprendizagem, avaliação e gestão democrática, uma vez que essas três grandes áreas refletem e perpassam todo o processo educativo escolar. Em ambas as escolas, a formação continuada se dá através dos momentos pedagógicos, normalmente realizados uma vez ao mês. No entanto, nem sempre é possível estudar a partir das demandas das escolas, pois muitos temas de estudo já vêm previamente definidos através da secretaria municipal de educação.

## 4.2 INCLUSÃO ESCOLAR

A proposta de inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial é algo que efetivou-se legalmente em 2008 com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Desde então, a inclusão escolar destes sujeitos, tornou-se obrigatória, cabendo aos sistemas de ensino organizarem-se para darem conta do acesso, participação, permanência e aprendizagem de todos os alunos (BRASIL, 2008). Nesse cenário, as pessoas com deficiência, TEA e AH/SD, passam a também ter direito a uma educação de qualidade no contexto da escola regular. Conforme Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 11):

[...] uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma **construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo**, em que pesem, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, nas desigualdades socioeconômicas e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação. Isso significa dizer que não só os fatores e os insumos indispensáveis sejam determinantes, mas

que os **trabalhadores em educação (juntamente com os alunos e pais)**, quando **participantes ativos**, são de **fundamental importância** para a produção de uma **escola de qualidade** ou que apresente resultados positivos em termos de aprendizagem. (grifo da autora)

Ou seja, para que todos os alunos tenham acesso a uma escola de qualidade é necessário a participação de todos os sujeitos envolvidos na escola. Vale ressaltar, que a participação é um dos pilares fundamentais para a construção de uma gestão escolar democrática (BRASIL, 1996). Sendo assim, constitui-se como um desafio para a efetivação do processo de inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial, a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões.

Assim sendo, as gestoras das escolas participantes da pesquisa, apontam algumas práticas realizadas para a efetivação da inclusão escolar. A gestora da escola A menciona que: *“Sempre trabalhamos com alunos inclusos em nossa escola. É o primeiro ano que contamos com uma Educadora Especial na escola. Contávamos com a dedicação do professor da classe que buscava através de estudo e troca de experiência a melhor maneira de incluir esses alunos. Até estamos tentando nos organizar, de acordo com a sugestão da Educadora Especial, criamos um espaço para atendimento, ainda muito precário de materiais, jogos e mobiliário necessários para um bom atendimento”*.

Da mesma forma, a gestora da escola B afirma que: *“Penso que sempre me preocupei com a inclusão de todos, procuro dar suporte e autonomia aos professores na organização de seu planejamento com o foco de incluir e dar condições de melhorar a convivência social e de aprendizagem”*. Essas afirmações puderam ser confirmadas durante o período de observação participante, no qual pode-se evidenciar através de discursos de outros sujeitos que fazem parte da escola, que essas práticas ocorriam mesmo antes da efetivação legal da inclusão escolar.

No entanto, observa-se que embora se tenham políticas públicas voltadas à inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial ainda são precários os investimentos em recursos humanos e materiais, visto que nenhuma das escolas possui Sala de Recursos Multifuncionais, pois, embora a escola B tenha sido contemplada, ainda aguarda o recebimento dos materiais. E ainda, a escola A só começou a ter professor de Educação Especial no ano de 2018 e a escola B no ano de 2017, anterior a isso, os alunos com deficiência, TEA e AH/SD não recebiam o Atendimento Educacional Especializado - AEE garantido pela legislação (BRASIL,

2008). Atualmente, nas escolas A e B, aos alunos público-alvo da Educação Especial é ofertado o AEE, são realizadas atividades em parceria entre professor de Educação Especial e professor de área e quando necessário as adaptações curriculares.

Na escola B, a professora de Educação Especial atua três turnos na semana, 12 alunos frequentam o AEE, uma hora por semana, individualmente e/ou em grupo. Destes alunos, sete apresentam diagnóstico de TEA, AH/SD e paralisia cerebral, sendo os demais alunos com diagnóstico e/ou suspeita de transtorno de aprendizagem. Os alunos que não são público-alvo da Educação Especial, frequentam o AEE, pois o município não conta com psicopedagogos clínicos e institucionais para atender a esse público e entende-se que os mesmos precisam também de um atendimento suplementar ou complementar ao da sala de aula regular, beneficiando-se das intervenções realizadas no AEE.

Já na escola A, a professora de Educação Especial atua um turno por semana, sete alunos frequentam o AEE, uma hora por semana, individualmente e/ou em grupo. Destes alunos, dois apresentam diagnóstico de TEA e um de paralisia cerebral, os demais alunos estão em processo de avaliação, o qual é realizado com a parceria entre outros profissionais (fonoaudiologia, psicologia e neurologia)

Sobre a articulação entre os professores de Educação Especial e de área, esta ocorre na forma de ensino colaborativo ou trabalho docente articulado, sendo que o primeiro se refere a:

[...] um professor comum e um professor especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino dado a um grupo heterogêneo de estudantes. Tal modelo emergiu como alternativas aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, especificadamente para responder às demandas das práticas de inclusão escolar de estudantes do público-alvo da educação especial [...] (MENDES, VILARONGA E ZERBATO, 2014, p. 45).

Já o trabalho docente articulado está voltado para o planejamento de forma colaborativa, como pontua Honeff (2013, p. 30):

[...] pensa-se essencial acontecer o planejamento de forma colaborativa, em que ambos pensem, discutam e estabeleçam de forma coletiva os objetivos a serem atingidos pelo aluno com NEE e pelos demais, as adaptações necessárias para isso nas atividades em sala de aula e forma dela, bem como outros aspectos que venham a ser relevantes para a promoção da aprendizagem dos estudantes” (HONEFF, 2013, p. 30).

Essas duas práticas de ensino são realizadas nas escolas, no entanto, com mais intensidade na escola B. É necessário ressaltar, que em virtude da pouca carga

horária do professor de Educação Especial, estas práticas não são realizadas com a mesma frequência do que o AEE.

No que tange as facilidades/dificuldades encontradas pelas gestões das escolas A e B, não foram observadas e nem relatadas, pelos participantes, facilidades. No âmbito das dificuldades, destacam-se a precariedade ou inexistência de espaço físico para o atendimento, que no futuro poderá consolidar-se em uma Sala de Recursos Multifuncional<sup>4</sup>; estrutura física não acessível; falta de profissionais de apoio<sup>5</sup>, para atuarem com os alunos que necessitam desse acompanhamento; carga horária pequena do professor de Educação Especial e dificuldade para “[...] desenvolver uma pedagogia onde todos os alunos devem aprender juntos respeitando as dificuldades ou diferenças que apresentam, oferecendo igualdade de oportunidades para todos” (gestora da escola A).

Em relação a essa última demanda, percebe-se que ela é perpassada por todos os aspectos que vem sendo discutidos nesse capítulo, sendo assim, reforço sobre a necessidade da participação daqueles que fazem parte da escola no processo de tomada de decisões, da importância da gestão escolar disponibilizar espaços de escuta para essas demandas, bem como promover espaços de discussão e formação continuada voltadas para os aspectos pontuados nesse capítulo. Por outro lado, fica evidente que as legislações, no âmbito da Educação Especial, na perspectiva da educação escolar inclusiva, não dão conta de garantir os recursos físicos e humanos que podem auxiliar na efetivação desse processo.

---

<sup>4</sup> Conforme Nota técnica nº 11/2010 que dá orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares (BRASIL, 2010).

<sup>5</sup> Conforme Nota técnica nº 19/2010, que orienta sobre profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino.

## 5 CONCLUSÃO: PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO

Ao realizar este estudo foi possível evidenciar que ambas as gestões das escolas tentam, de alguma forma, apesar das dificuldades já elencadas, colocar em prática a inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial, muito embora, estejam em processo de construção e consolidação daquilo que é proposto nas legislações vigentes, ou seja, a inclusão escolar dos alunos com deficiência, TEA e AH/SD ainda não está efetivada em todos os seus aspectos: acesso, participação, permanência e aprendizagem.

Na análise, na exposição e na discussão dos resultados, alguns elementos surgiram e compreendeu-se que eles permeiam toda a organização escolar, influenciando também na efetivação da inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial, são eles: concepção de aprendizagem e ensino; metodologias de ensino; avaliação; formação continuada e a inclusão escolar. Também, pode-se confirmar que a gestão escolar tem um papel fundamental na organização de toda a escola, refletindo também na educação dos alunos com deficiência, TEA e AH/SD. Sendo assim, ressalta-se a importância da participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, visando auxiliar a gestão escolar.

Para tanto, ao considerar os elementos e as demandas que emergiram ao longo dessa pesquisa, bem como ao compreender que uma pesquisa participante não se encerra na escrita do relatório, sugere-se um plano de ação amplo, que poderá ser adaptado considerando as demandas de cada escola específica. Dessa forma, considera-se que para o ano de 2019, fosse interessante se pensar em estratégias de participação dos responsáveis dos alunos com a escola, bem como promover espaços de formação continuada dos professores a partir das demandas observadas nesse estudo e de demandas que surgem no cotidiano escolar. Assim, propõem-se:

- Mensalmente, promover espaço de acolhimento às famílias dos alunos, no qual sejam discutidas temáticas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, possibilitando assim a participação e a parceria entre a família e a escola; e
- Nos momentos pedagógicos, possibilitar encontros para a formação continuada a partir das necessidades que emergem das escolas, visando estudar e discutir sobre: aprendizagem, ensino, avaliação, metodologias, inclusão escolar, dentre outros.

A intenção é que a partir dessas duas ações iniciais comece a se construir uma cultura participativa nas escolas, e que a partir desses momentos, os grupos de cada escola possam, juntos, elaborar novos planos de ação, voltados aos seus contextos e as novas demandas que deles poderão emergir.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal. Porto Editora LDA: 1994. Disponível em: [file:///D:/\\_Arquivos/Downloads/Bogdan\\_Biklen\\_investigacao\\_qualitativa\\_em\\_educacao.pdf](file:///D:/_Arquivos/Downloads/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_em_educacao.pdf). Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA Nº 20 /2015/ME /SECADI/ DPEE**. Orientações aos sistemas de ensino visando ao cumprimento do artigo 7º da Lei nº 12764/2012 regulamentada pelo Decreto nº 8368/2014. 2015.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA Nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE**. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.2014.

BRASIL. **Decreto nº 7611/2011**, de 17 de novembro de 2011. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) >. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA Nº 19/2010/MEC/SEESP/GAB**. Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192) Acesso em: 17 out. 2018.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA Nº 15/ 2010/ MEC/CGPEE/GAB**. Orientações sobre Atendimento Educacional Especializado na Rede Privada. 2010.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA Nº 11/2010/ SEESP/GAB/N**. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 17 out. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 4/2009**, de 02 de outubro de 2009. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) >. Acesso em: 26 out. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<file:///D:/PIBID/Artigo%20PIBID/ldb.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRIDI FILHO, C.A.; BRIDI, F.R. de S. Sobre o aprender e suas relações: interfaces entre neurologia, psicologia e psicopedagogia. In: ROTTA, N.T.; BRIDI FIHO, C.A.; BRIDI, F.R. de S. **Neurologia e Aprendizagem abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

COSTA, V. B. **Inclusão Escolar do Deficiente Visual no Ensino Regular**. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C. de A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/A+qualidade+da+educa%C3%A7%C3%A3o+conceitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es/8926ad76-ce32-4328-8a26-5139ccedddb4?version=1.3> Acesso em: 17 out. 2018

FERNANDES, A. **Os idiomas do aprendente**. 2001. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/OS-IDIOMAS-DO-APRENDIZADO.pdf>> Acesso em: 17 out. 2018

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6.ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GHEDIN, E; FRANCO, M.A.S. Novos sentidos para a ciência. In: GHEDIN, E; FRANCO, M.A.S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

HOFFMANN, J. **O jogo do contrário em avaliação**. 9.ed. – São Paulo: Mediação, 2014.

HONNEF, C. **Trabalho docente articulado: a relação entre a educação especial e o ensino médio e tecnológico**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2013.

MENDES, E.G; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: UFSCar, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PALACIO, R.J. **Somo todos extraordinários**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw – Hill, 2006.

VIEIRA, S.L. **Política(s) e Gestão da Educação Básica**: revisitando conceitos simples. RBPAAE – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001. Disponível em: <[https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia\\_da\\_pesquisa\\_estudo\\_de\\_caso\\_yin.pdf](https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2018.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, concordo em participar do estudo (Monografia do curso de Especialização em Gestão Educacional - UFSM) realizado pela pós-graduanda Ronise Venturini Medeiros com a orientação da Prof<sup>a</sup> Ms. Carolina Pereira Noya. Tenho conhecimento de que esta pesquisa tem como objetivo

---

a partir da observação participante no local, análise do projeto Pedagógico e Regimento Escolar e de questionário realizado comigo. Os conteúdos da entrevista, da observação participante e da análise dos documentos acima citados poderão ser divulgados pela pesquisadora, desde que sejam mantidos o sigilo e o anonimato. Também autorizo tirar e exibir fotografias de atividades relacionadas com a inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial desde que sejam pertinentes à pesquisa supracitada. Compreendo que não será mencionada em qualquer circunstância a identificação dos participantes envolvidos neste estudo, entendendo como identificação, o nome e os dados pessoais dos envolvidos. Estou ciente de que não terei benefícios financeiros, mas também não terei qualquer ônus. Quanto aos riscos, entendo que as perguntas podem remeter as lembranças desagradáveis, podendo trazer à tona fatos desconfortáveis, por isso, o participante poderá deixar de responder a qualquer pergunta que possa deixá-lo incomodado. Também os dados poderão não ser aproveitados integralmente, uma vez que a análise se deterá em torno das temáticas que envolvem a gestão escolar e o processo de inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial, conforme descritas no projeto. A minha participação irá contribuir para a aprendizagem e processo de formação dos alunos do curso de especialização e Gestão Educacional, assim como possibilitará o aprofundamento na área da Educação, Gestão Educacional, Inclusão Escolar e Educação Especial, permitindo uma maior disseminação sobre os conhecimentos produzidos nessa área. Os dados coletados serão analisados e discutidos e poderão ser apresentados em publicações científicas e apresentações profissionais. O consentimento na participação é voluntário e pode ser retirado assim que isso venha afetar a relação com qualquer um dos envolvidos no estudo. Quaisquer dúvidas que surgirem agora ou em momentos posteriores poderão ser livremente esclarecidas, bastando entrar em contato com a pesquisadora responsável. Também fui informado(a) que após ler e assinar o termo receberei uma cópia, podendo tirar dúvidas sobre o estudo e minha participação a qualquer momento ou fase da pesquisa. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Santa Maria, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2018

**Assinatura do(a) participante:** \_\_\_\_\_

**Assinatura da pesquisadora:** \_\_\_\_\_

**Ronise Venturini Medeiros - Acadêmica**

Email: [roniseventurini@gmail.com](mailto:roniseventurini@gmail.com)

## **Apêndice B – Termo de Confidencialidade**

**Título do projeto:** Inclusão Escolar de alunos público-alvo da Educação Especial: contribuições da gestão escolar para a efetivação desse processo

**Pesquisador responsável:** Ronise Venturini Medeiros – pós-graduanda na especialização em Gestão Educacional – UFSM, (55)99191440; Carolina Noya (Orientadora);

**Instituição:** Universidade Federal de Santa Maria.

**Local da coleta de dados:** escola de Educação Infantil e escola de Ensino Fundamental da rede municipal de São Sepé – RS.

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados por meio de observações participante e entrevistas abertas realizadas com os gestores (diretores) das duas instituições.

Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto de pesquisa e posteriormente os resultados poderão ser divulgados em eventos ou periódicos científicos.

Santa Maria, 2018.

---

**Ronise Venturini Medeiros**  
**[roniseventurini@gmail.com](mailto:roniseventurini@gmail.com)**

## Apêndice C – Questionário com questões abertas

### I – Identificação

Nome:

Formação:

Quanto tempo atua como docente:

Quanto tempo está gestor desta escola:

### II – Questões

- 1) Como você dentro da sua gestão, vem organizando a escola para atender os alunos público-alvo da Educação Especial?
  
- 2) Quais as facilidades e/ou dificuldades que a gestão escolar encontra para atender os alunos público-alvo da Educação Especial?